

Desgaste inútil

É comovente, mas obra de pura ficção, a tentativa do governo de convencer as pessoas de que a negociação do pacote fiscal atendeu a gregos e troianos. Do ponto de vista político, houve perdedores e ganhadores sim, não há a menor sombra de dúvida. Ganharam os contribuintes cujos salários estão abaixo da alíquota do Imposto de Renda que sofrerá aumento de desconto, mas ganhou também o lobby dos incentivos fiscais e ganhou o PFL, que tomou conta dessas bandeiras desde a primeira hora.

Perdeu o PSDB, que obedeceu à ordem de considerar naquela mesma primeira hora o pacote "inegociável", e perdeu o governo como um todo, que, durante 15 dias, sofreu um desgaste para rigorosamente nada. Perderam também os que elaboraram o pacote, que foi reconhecido como malfeito pelo próprio presidente na entrevista em que anunciou ontem o acordo para a votação no Congresso quarta-feira.

Quando falou sobre o corte dos incentivos à Zona Franca, Fernando Henrique disse que a medida seria revista por conter, entre outros problemas, "limitações constitucionais". Se falou isso só para agradar aos aliados contrerrôneos de Amazonino Mendes, FH firmou jurisprudência via satélite. Se realmente há "limitações constitucionais", então o presidente carimbou alguém como incompetente em sua equipe por incluir inconstitucionalidades num pacote de medidas para causar impacto internacional.

Em outro momento da entrevista, o presidente disse claramente que o corte dos incentivos à cultura havia sido mal formulado. Ou seja, malfeito. E, finalmente, ao tentar explicar por que essas modificações já não estavam inseridas no texto original do pacote, o presidente disse que era porque as medidas tinham sido elaboradas e anunciadas às pressas. Ou seja, sem os necessários cuidados, de qualquer jeito.

Veja o caro leitor que aqui não se trata de fazer juízo de valor, mas apenas de examinar as palavras do próprio presidente.

Para fechar o capítulo das perdas, tratemos do PSDB. O argumento das lideranças do partido é que os tucanos não perdem porque o relator da medida provisória mais complicada, a do IR e dos incentivos, pertence ao PSDB. Isso daria, assim, a impressão de que as modificações estão sendo feitas por iniciativa de quem considerava o pacote "inegociável" e não por pressão alheia à sua vontade.

**Valeu o esforço, mas
o governo não
convence ninguém de
que não houve
vencidos e
vencedores**

É até bonito esse esforço, mas insuficiente para convencer os maiores de idade. O que aconteceu ontem (o anúncio oficial do acordo) estava previsto para acontecer só amanhã. A decisão de antecipar tudo foi tomada pelo presidente às 22h de quinta-feira, depois de arrematar os acertos numa conversa com o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães. Só aí foi dado o sinal verde.

O relator da MP, Roberto Brant, estava no momento distante, mais precisamente no Ministério da Fazenda, com o secretário executivo, Pedro Parente. E, ontem de tarde, minutos depois do pronunciamento em que Fernando Henrique explicou que "daqui até segunda-feira" o relator trabalharia no detalhamento das mudanças, Brant, segundo seu gabinete, encontrava-se no interior de Minas Gerais.

Evidentemente que a negociação, com avanços e recuos, faz parte do jogo da política, e seria tolo e antidemocrático supor que o que é proposto pelo Executivo deve ser integral e imediatamente aceito pelo Legislativo. Até porque o presidente disse — embora as contas ainda não tenham sido feitas para demonstrar — que a economia dos R\$ 20 bilhões, o objetivo do ajuste, estará preservada.

Até aí tudo muito certo. Até porque se não mudasse nada continuaria sofrendo o mesmo desgaste na opinião pública e ainda perderia na hora da votação. Não havia jeito, portanto.

Que o governo faça sua parte para salvar o pacote e produza uma versão segundo a qual houve distribuição igualitária de perdas e ganhos, não se discute. Mas o fato é que o que foi anunciado ontem já poderia estar no pacote desde o começo, bastando para isso que naquele final de semana que a equipe se trancou para reunir as 51 medidas anunciadas no dia 11 alguém tivesse consultado dois ou três políticos.

Se houve a sugestão, certamente deve ter havido também a lembrança de que se fossem feitas consultas políticas o pacote não sairia célere como o momento exigia. Pode ser. Mas pelo menos o governo não teria ficado duas semanas levando inutilmente traulitadas de todos os lados e a equipe econômica não teria batido tantas palmas para Antônio Carlos Magalhães dançar seu samba popular.

No caso do Imposto de Renda, aliás, não teria sido necessário nem mesmo falar com os políticos. Bastaria telefonar para a Espanha, onde estava o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, que ouviriam dele que aquele aumento concebido daquela forma seria tão desgastante quanto inútil. Teriam ouvido também da mesma fonte opiniões bem fortes a respeito do erro que representava o aumento das taxas de embarque para vôos internacionais. Que agora será revisto.

Resumindo, o governo abriu uma guarda onde não precisava.